



INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR  
Escola Superior de Tecnologia de Tomar  
**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO**  
Curso de Gestão do Território

**DISCIPLINA DE HISTÓRIA DE PORTUGAL I**

**2º Ano**

**Ano Lectivo: 2002/2003**

**Docente: Professora Adjunta Maria Joana Guedes**

**Regime: Anual**

**Carga Horária: 2T+2TP**

**OBJECTIVOS**

O objectivo da cadeira é o de oferecer uma formação global no campo da história universal e da história de Portugal da Época Moderna de forma a permitir o enquadramento temporal das grandes problemáticas da gestão do território.

**PROGRAMA**

**I. O Condado Portucalense e a Afirmação da Realeza de D. Afonso Henriques**

1. A Reconquista Ibérica: de Pelágio a Afonso VI o Condado Portucalense. Afonso Henriques: A Reconquista Portuguesa, Política Eclesiástica e relações com Afonso VII.

**II. Da Conquista de Lisboa ao Tratado de Alcanizes**

1. A Reconquista e a Luta por uma Área de Influência; as Relações com os demais pontos da Península e a Política Matrimonial da Monarquia; a Crise do Final do Reinado de D. Sancho II; o Problema do Algarve e a Definição da Fronteira.

2.- Importância do Reinado de D. Dinis

**III. D. Afonso IV e a Cruzada**

1. A Batalha do Salado e a Solicitação à Santa Sé da Bula de Cruzada

2. A Questão das Canárias

**IV. Portugal e a guerra dos Cem Anos**


1.- A Guerra dos Cem Anos e os Problemas Estratégicos em Debate: Âmbito Europeu e Âmbito Peninsular; a Política Externa de D. Pedro I e de D. Fernando; a Crise de 1383-1385; o Tratado de Windsor e a Política Externa de D. João I.

**V. -A Expansão Atlântica Quatrocentista**

1.- O Contexto Europeu e Peninsular; a Dimensão Política e Económica da Política Externa Portuguesa no Séc. XV, o Debate Político Estratégico; o Significado da Primeira Expansão (Marroquina e Atlântica).

2. - Importância do Reinado de D. João II.

**VI. - Os Contextos Europeu e Oriental no Séc. XVI e as suas Implicações na Política Externa Portuguesa**

- 
1. - O Projecto Imperial Manuelino
  2. - A Rivalidade entre Espanha e França. Posicionamento Português face ao Conflito.
  3. - Os Ataques de outras Potências aos Monopólios Marítimos Portugêses e Espanhol.
    - 3.1.-Mare-liberum e Mare-clausum.
    - 3.2. - O problema do corso e o seu agravamento depois do tratado de Cateau-Cambrésis.
  - 4.- Portugal face à Política de Cerco de Filipe II: as Regências de D. Catarina e do Cardeal D. Henrique; o Reinado de D. Sebastião.
  - 5.- Significado e Consequências da Batalha de Alcácer Quibir.
- VII. - A União Pessoal Ibérica
1. - Implicações Europeias e Ultramarinas da União com a Monarquia dos Áustrias.

## **BIBLIOGRAFIA**

1. MACEDO, Jorge Borges de – História diplomática de Portugal. Constantes e linhas de força, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s.d.
2. MAGALHÃES, José Calvet de – Breve História Diplomática, Lisboa, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1990
3. MARQUES, António Henrique de Oliveira – História de Portugal, vol. I e II, Lisboa, Palas, 1982
4. MARTINEZ, Pedro Soares - História diplomática de Portugal, Lisboa, Verbo, 1986
5. SERRÃO, Joaquim Veríssimo - História diplomática de Portugal, volumes I a 6, Lisboa, Verbo, 1977 a 1982
6. SERRÃO, Joel (dir.) – Dicionário de História de Portugal, 6 volumes, Porto, Livraria figueirinas, 1985
7. FONSECA, Luís Adão da, - O essencial sobre o tratado de Windsor, Coleção Essencial, I.n.C.M.
8. THOMAZ, Luís Filipe, “De Ceuta a Timor” – Difel, Viseu, 1994

## **AVALIACÃO**


A avaliação consiste sucessivamente nas seguintes provas:

1. a) Duas frequências, semestrais, nas quais será necessário obter a classificação final mínima de 10 (dez) valores para aprovação na cadeira, não podendo, em cada semestre, ter nota inferior a 8 (oito) valores; b) Um exame final escrito para os alunos que não tiverem



obtido aprovação nas frequências ou que, tendo-a alcançado, pretendam subir a nota, na qual é exigível também a classificação de 10 (dez) valores.

2. A avaliação poderá eventualmente ser complementada por um trabalho, nos termos definidos em aula, o qual pode permitir a alteração de nota de acordo com critérios previamente comunicados aos alunos.

  
I-3/3